



A CONTRIBUIÇÃO DO ICMS SOCIOAMBIENTAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

The Contribution of Socioambiental ICMS in State of Pernambuco

Daniele de Castro Pessoa de Melo

Universidade Catolica de Pernambuco, Recife, PE ,Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4010783198064867> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4058-092X>

E-mail: daniele.castro@itep.br

Hélio Sílvio Ourém Campos

Universidade Catolica de Pernambuco, Recife, PE ,Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/150858454879443> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6162-7024>

E-mail: vania.souza@jfpe.jus.br

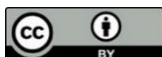
Joao Batista

Universidade Catolica de Pernambuco, Recife, PE ,Brasil

Lattes: ORCID:

E-mail: jobare2006@hotmail.com

Trabalho enviado em 30 de novembro de 2020 e aceito em 05 de abril de 2021



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.03., 2022, p. 1673-1706.

Daniele de Castro Pessoa de Melo, Hélio Sílvio Ourém Campos e Joao Batista

DOI: [10.12957/rdc.2022.55819](https://doi.org/10.12957/rdc.2022.55819) | ISSN 2317-7721

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o ICMS Socioambiental, visando compreender como ocorreu sua instituição, os porquês de sua criação, bem como os critérios de distribuição aos municípios. Assim, analisou-se a sua finalidade e as consequências, advindas de sua aplicação prática e os impactos do repasse desse tributo na criação e manutenção de unidades de conservação, mormente no município de São Lourenço da Mata, inserido na Região Metropolitana do Recife, no Estado de Pernambuco. Pelo método de pesquisa empírica e bibliográfica, foi analisado esse imposto, dando um pouco de ênfase em sua história e ainda as principais medidas apresentadas pelos órgãos gestores, destinadas a contribuir para um meio ambiente mais equilibrado, com um caráter tributário extrafiscal. Como resultado, foi observada a carência de políticas públicas, no sentido de valorizar a redução do desmatamento e a falta de incentivos à conservação e à preservação dos recursos naturais. Conclui-se pelo entendimento de que a aplicação dos recursos do ICMS Socioambiental pode mitigar os impactos ambientais a partir de iniciativas que possam criar novas unidades de conservação, além de manter as existentes, tudo associado ao nível de desenvolvimento e à valoração das questões ambientais. Esse foi o escopo que se percorreu na presente pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: ICMS Socioambiental. Conservação. Preservação. Compensação. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The present study studies the Socioenvironmental ICMS, and aims to understand how its institution occurred, the objectives for which it was created, as well as what are the criteria of distribution to the municipalities. Thus, we analyze its purpose and the consequences of its practical application, and verify the impacts of the transfer of this tax on the creation and maintenance of conservation units, especially in the municipality of São Lourenço da Mata, located in the metropolitan region of Recife, Of Pernambuco, the object of our analysis. Through the method of empirical and bibliographical research, we analyze this tax, showing a little of its history, and also the main measures presented by the management bodies, designed to contribute to a more balanced environment, with a extrafiscal tax. As a conclusion, we note the lack of public policies, in order to value the reduction of deforestation, and the lack of incentives for conservation, and the preservation of natural resources. In this sense, we understand that the application of ICMS Socioenvironmental resources can mitigate the environmental impacts, starting with initiatives that may create new conservation units, in addition to maintaining existing ones, all associated to the level of development and valuation of environmental issues. This is the scope of this research.

KEYWORDS: Socio-environmental ICMS. Conservation. Preservation. Compensation. Sustainability.



INTRODUÇÃO

O aumento da população global, relacionado ao atual modelo de desenvolvimento e as atividades humanas, causam sérios problemas ambientais, e as interferências antrópicas sobre os recursos naturais crescem e continuam gerando mais impactos ao meio ambiente, tornando-se um problema mundial.

A partir de um planejamento bem elaborado, é possível mudar qualitativamente esse paradigma. Nesse sentido, foi analisada a importância do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), como um instrumento legal que possa contribuir para mitigar o problema da ineficiência na gestão ambiental.

Desta forma, foi estudado o ICMS Socioambiental, também conhecido por ICMS Ecológico, ICMS Ambiental ou ICMS Verde, bem como as unidades de conservação nos municípios do Estado de Pernambuco, primordialmente, referente ao estudo de caso do município de São Lourenço da Mata, local escolhido por este abrigar uma relevante unidade de conservação em seu território, que é a maior reserva de Pau-Brasil da atualidade, e sendo a cidade escolhida para sediar a copa do mundo de 2016, além de contar com o projeto Cidade da Copa, contudo, em contradição, ainda mantém um lixão em plena atividade em seu território.

Criado pioneiramente no Estado do Paraná, sob a insígnia de ICMS Ecológico, hoje é adotado em dezessete estados brasileiros, contudo o termo ICMS Socioambiental foi denominação dada pelo estado de Pernambuco, não sendo um novo tributo, apenas estabelece novos critérios de distribuição do imposto já arrecadado. O ICMS Socioambiental protege quem investe na conservação ambiental, onde quem pratica políticas socioambientais recebe maior parcela desse imposto. Logo, a adoção dessa política visa, entre outras coisas, estimular a adoção de empreendimentos que conservem o meio ambiente e promovam o bem-estar socioeconômico, por meio de critérios extrafiscais.

O ICMS Socioambiental é um instrumento de compensação ao custo de oportunidade que alguns municípios têm em abdicar atividades econômicas tradicionais que produzem riqueza, mas, em contrapartida, degradam e poluem o meio ambiente. As iniciativas de criação de unidades de conservação nos municípios estão associadas ao nível de desenvolvimento e a valoração das questões ambientais (ALBUQUERQUE, 2017).

A pesquisa buscou avaliar a contribuição do ICMS Socioambiental à conservação do meio ambiente, com ênfase no município de São Lourenço da Mata, localizado na Região Metropolitana do Recife no estado de Pernambuco.



Para tanto, foram coletados dados orçamentários do município disponibilizados no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, na Secretaria Estadual da Fazenda, no Tribunal de Contas Estadual, na Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH), dentre outros órgãos públicos ou não governamentais, e foram analisados os valores repassados a título de ICMS Socioambiental.

Ressalte-se que o município de São Lourenço da Mata abriga uma relevante unidade de conservação em seu território, que é a maior reserva de Pau-Brasil da atualidade. Portanto, indaga-se se há evidências de que o aumento do percentual de destinação do ICMS Socioambiental, segundo critérios ambientais, foi capaz de promover a conscientização ambiental dos gestores e munícipes que compõem o município em questão ou se foi iniciativa diversa que contribuiu para conservação daquele importante bioma.

O ICMS Socioambiental tem a proposta, em síntese, de compensar financeiramente e de promover o desenvolvimento sustentável nos municípios, além de estimular a busca de resultados nos aspectos ambientais, econômicos e sociais. Nesta perspectiva, este trabalho tem o escopo de investigar se este instrumento está incentivando na melhoria das políticas públicas ambientais, por meio de ações voltadas à conservação da biodiversidade e de adequados sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, em São Lourenço da Mata, como determina a legislação, notadamente a Lei nº 12.305/2010, que trata da política nacional de resíduos sólidos.

Assim, a pesquisa se propôs a investigar os repasses e contribuições do ICMS Socioambiental e saber se está correndo a destinação correta desses repasses no município, para aperfeiçoamento de suas políticas públicas ambientais.

Foi utilizada como metodologia uma pesquisa empírica, através de abordagens quantitativas e qualitativas, por meio da análise de dados contábeis do município, dos índices de conservação da biodiversidade e da pontuação para os resíduos sólidos. Também foram realizados trabalhos de campo.

Ao final observou-se que não houve contribuição do ICMS Socioambiental para a melhoria das políticas ambientais no município objeto de estudo. Mesmo porque ainda não foram criadas políticas públicas ambientais, por meio de instrumentos de comando e controle e econômicos, que estimulem a sustentabilidade ambiental, mesmo o município estando recebendo os repasses dos valores referentes ao ICMS Socioambiental, os quais não tem tido a destinação correta.

As informações relativas ao ICMS Socioambiental no município foram coletadas referindo-se aos períodos de 2013 e 2017, por meio de documentação disponível nos órgãos oficiais, capazes de identificar questões relativas à aplicação da lei do ICMS Socioambiental no município de São Lourenço da Mata em Pernambuco, contribuindo para o alcance do objetivo da pesquisa.



No Município de São Lourenço da Mata, objeto deste diagnóstico, a coleta de lixo associada à destinação do repasse do ICMS Socioambiental foi estudada em comparação à questão Ambiental. A análise foi abordada para verificar se o município se adequou à Política Nacional de Resíduos Sólidos, relacionada ao pagamento por prestação de serviços ambientais, como é o caso do tributo em análise. Desta forma verificou-se que, ao final o município de São Lourenço da Mata não encerrou suas atividades irregulares em destinar seus resíduos no lixão, ao invés de um aterro sanitário, como determina a legislação, além de manter suas unidades de conservação ambientais por fatores diversos, aos que fazem jus ao ICMS Socioambiental.

1 EXTRAFISCALIDADE

Para garantir um meio ambiente mais satisfatório, a Constituição de 1988 dedicou um capítulo inteiro destinado à proteção da natureza. O seu artigo 225 trata da proteção do meio ambiente, para garantir a todos um direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, desta forma, pode-se afirmar que a Constituição Brasileira de 1988 está em consonância com a internacional proteção ao meio ambiente. Referente às normas infraconstitucionais, a Política Nacional do Meio Ambiente foi recepcionada pela Carta Cidadã de 1988. Assim espera-se que o município de São Lourenço da Mata também se aperfeiçoe com as tendências atuais.

Neste sentido surge a extrafiscalidade, que é um importante mecanismo do Estado na busca pelo desenvolvimento econômico e social. Os impostos não possuem sempre caráter confiscatório, muitas vezes têm como finalidade induzir comportamentos aos particulares que não se refere somente à arrecadação de valores, mas também, como tratamos nesse trabalho, à preservação do meio ambiente. Nesse caso, a extrafiscalidade e as funções extrafiscais dos tributos adquirem importância fundamental, funcionando como importantes mecanismos difusos e coletivos.

Baleeiro (2010) afirma que não é fácil distinguir as finalidades fiscais e extrafiscais da tributação, haja vista que seus limites são imprecisos. Porém a Constituição Brasileira de 1988 dispõe que, como o Brasil é um Estado Democrático de Direito, deve ter a sua atuação prevista em lei, sobretudo referente à tributação, seja ela fiscal ou extrafiscal.

O economista inglês Pigou (1920) fundamentou os seus ensinamentos refletindo sobre as externalidades, que são os efeitos colaterais da produção de bens ou serviços sobre outras pessoas que não estão diretamente envolvidas com as atividades desenvolvidas. Segundo ele, existem as externalidades positivas e as negativas. Pode ser citada como exemplo negativo a produção de uma fábrica que polui o ar, afetando a comunidade próxima. No entanto, argumenta que o estímulo à



economia local, com o resultado dos serviços da fábrica, pode gerar externalidade positiva à comunidade.

O Brasil usa regras que geram externalidades positivas, dentre elas temos a extrafiscalidade, e referente ao meio ambiente o Estado, usa as suas atribuições tributárias, aplicadas a um sistema de incentivo às atividades que possam reduzir a degradação ambiental.

Neste sentido, a extrafiscalidade ambiental visa a preservação do meio ambiente e não se pode incentivar o crescimento econômico e social sem levar em consideração a preservação ambiental às presentes e futuras gerações. Assim, há necessidade de aplicação de instrumentos de gestão ambiental, como é o caso do ICMS Socioambiental, relacionadas às regras da extrafiscalidade, como no caso em análise.

Desta forma, aplica-se o ICMS Socioambiental em conjunto com outros instrumentos econômicos, de pagamento por serviços ambientais, sendo esse imposto de relevante importância ao desenvolvimento sustentável.

Assim a função fiscal do imposto é apresentada no clássico objetivo de arrecadação para cobrirem as despesas do Estado, já a função extrafiscal se define como um meio de sustentação de atividades que, a princípio, seria obrigação do Estado, mas que são assumidas por outros órgãos e entes particulares.

2 PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Pagamentos por serviços ambientais (PSA) são instrumentos que promovem compensações aos prestadores desses serviços e seus objetivos visam prever a manutenção ou melhorar a qualidade dos ecossistemas.

A utilização dos PSA cresce em todo o mundo, nesse sentido a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca relevantes iniciativas de conservação do meio ambiente. Contudo no Brasil ainda é modesta a utilização dos PSA quando comparada ao contexto mundial.

A instituição do Novo Código Florestal, pela Lei nº 12.651/2012, referente aos PSA, assegura a hipótese de desapropriação de terras para fins de proteção ambiental, quando reconhecida esta necessidade ou conveniência por parte do poder público. Por outro lado também pode haver isenção de impostos às terras com unidades de conservação classificadas como protetoras pela lei.



Nessa ótica, o novo Código Florestal trouxe aspectos que são destacados como instrumentos econômicos, a começar pelo seu artigo primeiro, que prevê a possibilidade do uso dos PSA como instrumentos econômicos e financeiros para o alcance dos objetivos da lei. Entre os quais estão a criação e a mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa, além da promoção do desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

Neste contexto insere-se o princípio do protetor-recebedor, que decorre da ideia de pagamento por serviços ambientais (PSA), sendo uma contrapartida aos que contribuem para a manutenção dos ecossistemas. Assim cria-se uma estratégia de incentivo, que pode ser classificada com uma externalidade positiva, para quem preserva o meio ambiente. Desta maneira o agente público ou privado que age em benefício da comunidade ao proteger um bem natural ou conservar a natureza deve receber um benefício ou incentivo, por parte do poder público.

3 INSTITUIÇÃO DO ICMS

A definição de tributo nos é apresentada pelo Código Tributário Nacional (CTN), e depois pelo Direito Constitucional.

Segundo o CTN, em seu art. 3º, tributo é toda prestação compulsória em dinheiro, feita pelo sujeito passivo da obrigação tributária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, não decorrente de sanção de ato ilícito, desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada.

As classificações das espécies tributárias são feitas pelo Direito Tributário, Direito Constitucional, pela Jurisprudência e pela Doutrina. O Código Tributário Nacional classifica três espécies pertencentes ao gênero tributo: impostos, taxas e contribuições de melhoria (Artigo 5º do CTN). A Constituição Federal classifica outras espécies não codificadas, que são os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais (Artigos 147 e 148 da CF/88). Conforme Sabbag (2014), os tributos estão divididos em cinco espécies, sendo elas os impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições.

O imposto, por sua vez, é uma das cinco espécies tributárias existentes em nosso ordenamento jurídico, sendo definido pelo art. 16 do Código Tributário Nacional, como o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Carrazza (2006) considera o imposto como: “uma modalidade de tributo que tem por hipótese de incidência um fato qualquer, não consistente numa atuação estatal”.

Não é por outra razão que Ataliba (1998) chama o imposto de tributo não vinculado. Não vinculado a quê? Não vinculado a uma atuação estatal. Os impostos são, pois, prestações pecuniárias desvinculadas de qualquer relação de troca ou utilidade. Não se adentrará mais nesse aspecto por se tratar de objeto de estudo do direito tributário, que foge do escopo dos nossos objetivos. Por possuírem sua definição apresentada pela própria lei, os conceitos de tributos e impostos não são objeto de relevantes discussões, o que, no emaranhado de leis tributárias, é um fato atípico.

O ICMS é uma espécie tributária e foi criado pela Constituição Federal de 1888, sendo regulamentado pela Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), que contém suas normas gerais, e pelas Leis Complementares, LC nº 92/1997, LC nº 99/1999 e LC nº 102/2000 (LEONARDO; OLIVEIRA, 2007).

O artigo 225 que está previsto no Título da Ordem Social, no Capítulo VI, o qual versa sobre o meio ambiente, simboliza a constitucionalização da garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

O imposto pode ser cobrado pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a movimentação de mercadorias e serviços de um Estado para outro, entre municípios ou ainda sobre a importação de mercadorias e prestação de serviços no exterior, sendo ele o principal tributo estadual (AYDOS; FIGUEIREDO NETO, 2016).

A instituição do ICMS socioambiental no Estado de Pernambuco está baseada no artigo 158 da Constituição Federal de 1988, nas Leis Estaduais de Pernambuco, Lei nº 11.899/2000, Lei nº 12.206/2002, Lei nº 12.432/2003, Lei nº 13.368/2007 e nos Decretos Estaduais também de Pernambuco, Dec. nº 23.473/2001, Dec. nº 25.574/2003 e Dec. nº 26.030/2003 (ALBUQUERQUE, 2017).

A Constituição Federal e a do Estado de Pernambuco dedicaram um capítulo específico ao meio ambiente e foram criados critérios ambientais ou socioambientais na repartição da parcela da receita do ICMS. Desta forma, a Constituição Federal de 1988, no artigo 158 IV, parágrafo único, II, permite aos estados criarem, por meio de lei própria, critérios de distribuição da parcela da receita do ICMS a que os municípios fazem jus, de acordo com as prioridades e especificidades de cada um.

Ainda a Constituição, em seu artigo 158, IV, parágrafo único, II, estabelece que, do total de receitas arrecadadas com o ICMS, 25% (vinte e cinco por cento) pertencem aos municípios. Desse montante, até ¼, ou 25% (25% de 25%) deverá ser distribuído aos mesmos, de acordo com o que determina a lei estadual. E com base nesse dispositivo constitucional, os estados brasileiros criaram o ICMS Ecológico e, no caso de Pernambuco, o ICMS Socioambiental.

Além da Constituição Federal do Brasil, o meio ambiente é tratado pela Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, pela Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, assim como a Lei nº 9.985/00 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A Lei Federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), que é integrado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), com funções normativas e com caráter deliberativo e consultivo.

A Constituição Federal de 1988 atribui a competência legislativa sobre os assuntos ligados ao meio ambiente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Trata-se de competência legislativa concorrente.

4 PRINCÍPIOS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Princípio significa o início, a origem, a causa, um começo. No direito, princípio é o seu fundamento, seu alicerce. Partindo deste raciocínio, tem-se que princípio é o ponto de partida, pois eles informam, orientam e inspiram as regras legais.

Os princípios ambientais têm por objetivo a proteção ao meio ambiente e à qualidade de vida de toda a coletividade, estando previstos na Constituição Federal ainda no seu artigo 225, parágrafo e incisos. Assim temos os seguintes princípios:

- Princípio da prevenção, que está previsto no caput do artigo 225 da Constituição Federal e impõe ao Poder Público e à coletividade a obrigação de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações (VIEGAS, 2017).

- Princípio da precaução, previsto no inciso V, do artigo 225 da Constituição Federal, que incumbe ao Poder Público a obrigação de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente (BEZERRA, 2013).

- Princípio do desenvolvimento sustentável, artigo 170, inciso VI, da Constituição Federal, significa que a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico devem conviver



harmonicamente, ou seja, ao mesmo tempo em que se busca o desenvolvimento, deve-se levar em consideração a proteção ao meio ambiente, atingindo-se, assim, a melhoria da qualidade de vida do homem (BEZERRA, 2013).

- Princípio do Poluidor-Pagador, artigo 225, §3º da Constituição Federal, tem por objetivos, primeiramente prevenir o dano ambiental e, no caso de dano, a sua reparação da melhor forma possível (GUTIERREZ; FERNANDES; RAUEN, 2017).

- O Princípio Protetor-Recebedor incentiva economicamente quem protege uma área, deixando de utilizar seus recursos, estimulando assim a preservação. Trata-se de um fundamento da ação ambiental que pode ser considerado o avesso do conhecido princípio usuário-pagador, que postula que aquele que usa um determinado recurso da natureza pague por tal utilização (GUTIERREZ; FERNANDES; RAUEN, 2017).

- Princípio da participação, artigo 225, caput, da Constituição Federal, significa que tanto o Poder Público quanto a sociedade são responsáveis por preservar e proteger o meio ambiente. Assim, a obrigação de promover a defesa do meio ambiente é coletiva (BEZERRA, 2013).

Atendendo aos princípios constitucionais e as alterações da legislação, a partir de 2012, em Pernambuco, a distribuição do ICMS socioambiental foi alterada, incluindo-se além das Unidades de Conservação, os sistemas de destinação de resíduos sólidos, popularmente conhecidos como aterros sanitários ou usina de compostagem. Setores como saúde, segurança, educação e PIB per capita também foram inseridos nesse modal, bem como a presença de usinas de reciclagem devidamente autorizadas pela CPRH (COSTA; FERREIRA; MELO, 2016).

Em linhas gerais, este instrumento prevê uma espécie de compensação financeira para os municípios que conservarem o meio ambiente por meio da criação de unidades de conservação, criem alternativas para a redução da mortalidade infantil e soluções para o correto tratamento e disposição final dos resíduos sólidos (PAULO, 2013).

De acordo com Paulo (2015, p. 5):

A política ambiental no Estado de Pernambuco já vem sendo elaborada a partir da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e de legislação estadual específica. Por outro lado, essa política vem sendo executada de forma fragmentada devido ao fato de cada governo ter uma metodologia de trabalho diferente. Diante disso, o atual governo do Estado de Pernambuco teve a iniciativa de conduzir a política sob exame por meio de diretrizes, planos, programas, e projetos, configurando assim um Planejamento Estratégico Ambiental de Pernambuco, tendo sido denominado, o documento elaborado em 2007, PLANAMBIENTAL.

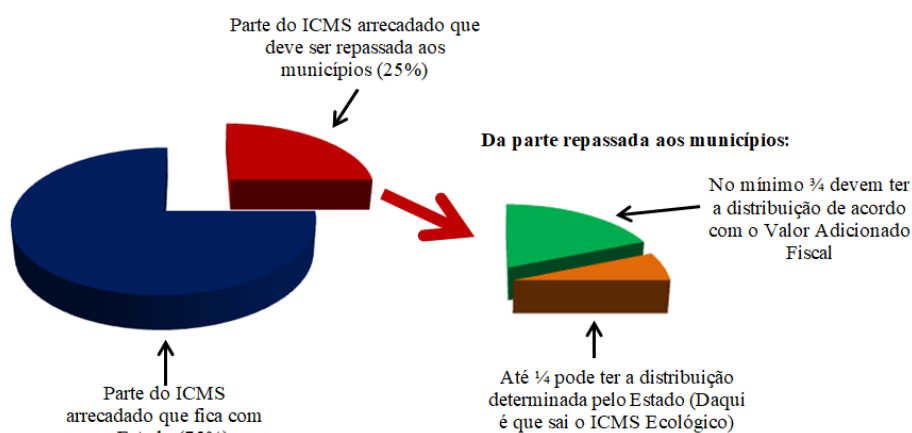


Assim, essa pesquisa se propôs a investigar quais são as contribuições do ICMS Socioambiental para o município de São Lourenço da Mata na Região Metropolitana do Recife, visando saber se o referido imposto está sendo aplicado corretamente pelo município, no sentido de aperfeiçoar suas políticas públicas ambientais.

Foi refletido sobre a contribuição do ICMS Socioambiental para a melhoria dessas políticas públicas ambientais e foram analisados ainda outros fatores ambientais como, por exemplo, a sustentabilidade ambiental por meio de instrumentos de comando e controle econômicos. Além das normas constitucionais, a aplicação do ICMS depende da legislação tributária de cada Estado que pode determinar como os seus recursos devem ser aplicados, além de definir quais as suas alíquotas para cada mercadoria ou serviço, obedecendo ao chamado “critério de essencialidade” segundo o qual as mercadorias ou serviços, considerados essenciais, devem ter uma tributação menor que outros considerados supérfluos (PAULO; PEDROSA, 2009).

O Art. 158 da Constituição Federal determina a divisão do ICMS, dando destinação a 25% do tributo para os municípios, dos quais, $\frac{3}{4}$ deverão ser distribuídos para o Valor Adicional Fiscal (VAF) e o restante, conforme as leis de cada Estado, como demonstra a figura 1.

Figura 1. Divisão Constitucional dos repasses do ICMS aos municípios



Fonte: (SILVA; LIMA, 2014).

No aspecto internacional, o imposto pode ser cobrado de pessoas físicas ou jurídicas. Qualquer pessoa estará obrigada a pagar o ICMS quando fizer importações, mesmo que eventuais e sem intuito comercial (RODRIGUES *et al*, 2011).

5 ICMS ECOLÓGICO OU SOCIOAMBIENTAL

O ICMS Socioambiental nasceu como forma de compensar os municípios pela restrição de uso do solo em locais protegidos, ou seja, unidades de conservação e outras áreas de preservação específicas, desta forma quebrou-se um antigo paradigma, o de que economia e ecologia são conceitos opostos (PAULO; PEDROSA, 2009).

Criado pioneiramente no Estado do Paraná, sob a insígnia de ICMS Ecológico, hoje é adotado em dezessete estados brasileiros, contudo o termo ICMS Socioambiental foi denominação dada pelo estado de Pernambuco, não sendo um novo tributo, apenas estabelece novos critérios de distribuição do imposto já arrecadado. O ICMS Socioambiental protege quem investe na conservação ambiental, onde quem pratica políticas socioambientais recebe maior parcela desse imposto.

Quadro 1. Estados brasileiros que instituíram o ICMS ecológico

Nº	ESTADO	LEI	ANO DE CRIAÇÃO
1	PARANÁ	9.491/1990	1990
2	MATO GROSSO DO SUL	57/1991	1991
3	SÃO PAULO	8.510/1993	1993
4	MINAS GERAIS	12.040/1995	1995
5	RONDÔNIA	147/1996	1996
6	AMAPÁ	322/1996	1996
7	RIO GRANDE DO SUL	11.038/1997	1997
8	MATO GROSSO	73/2000	2000
9	PERNAMBUCO	11.890/2000	2000
10	TOCANTINS	1.323/2002	2002
11	ACRE	1.530/2004	2004
12	PARÁ	7.638/2007	2007
13	CEARÁ	14.023/2007	2007
14	RIO DE JANEIRO	5.100/2007	2007
15	PIAUI	5.813/2008	2008
16	GOIÁS	90/2011	2011
17	PARAÍBA	9.600/2011	2011

Fonte: (ICMS ECOLÓGICO, 2017).

Assim ao passo em que funciona como um incentivo para os municípios investirem na preservação ambiental, o ICMS Socioambiental ou Ecológico, também pode servir como fonte de renda e como instrumento de fomento ao desenvolvimento sustentável, se mostrando assim um excelente meio de incentivar os municípios a defender a criação de mais áreas de preservação e a melhorar a qualidade das áreas já protegidas, com o intuito de aumentar a arrecadação tributária de forma menos escorchantes (SOUSA; NAKASHIMA; OLIVEIRA, 2011).

Somente em São Paulo, no ano de 2006, o repasse de ICMS Ecológico aos municípios que possuem Unidades de Conservação representou algo em torno de setenta e dois milhões de reais (Tributo Verde) (FRANCO; FIGUEIREDO, 2011).

O Brasil vem utilizando mecanismos da legislação que, além de comando e controle, passam a criar e implantar instrumentos econômicos de suporte à gestão de recursos naturais. Uma das razões para criação desses instrumentos é a velocidade na degradação dos ecossistemas. Faz-se necessário a integração entre a união, estados e municípios, para que esses entes promovam ações de fomento e mecanismos mais plausíveis e aplicáveis que venham a contribuir para o desenvolvimento sustentável da nação (PAULO, 2015).

As catástrofes ambientais ocorridas como efeito da depredação dos recursos naturais pelo homem indicam a necessidade de um posicionamento mais efetivo das autoridades e órgãos governamentais, instituições de pesquisa e da sociedade em geral, na promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável (SILVA; OLIVEIRA; QUEIROZ, 2015).

Destacam-se, dentre os meios utilizados pelo Estado como medida incentivadora de ações ambientalmente desejáveis, os incentivos fiscais. Em âmbito estadual, observa-se especialmente a instituição do ICMS Socioambiental, como importante mecanismo de política pública com vistas a incentivar investimentos ao meio ambiente (MOURA, 2015).

Diante deste cenário, a fim de orientar esse trabalho, foi formulada a seguinte problemática: Houve mitigação dos impactos ambientais no município de São Lourenço da Mata, no Estado de Pernambuco, após a instituição do ICMS Socioambiental?

Desta forma indagou-se se houve influência positiva do repasse de receita do ICMS para todo o município ou se o estado de conservação, por exemplo, da unidade de floresta de Pau-Brasil, ocorreu por fatores diversos da receita do referido imposto, ao contrário de outras unidades de conservação inseridas no mesmo município, que não possuem os mesmos cuidados (AGUIRRÉ, 2016).

O trabalho analisa a aplicação dos recursos do ICMS Socioambiental e os seus impactos nas políticas econômicas, sociais e ambientais no município objeto de estudo, sobretudo no que concerne ao repasse da receita do referido imposto.

De início identificou-se que o estado de equilíbrio da reserva ecológica de Tapacurá, em São Lourenço da Mata, onde está situada a unidade de conservação da reserva de Pau-Brasil, não aconteceu em razão do repasse do ICMS Socioambiental, mas por iniciativa diversa, pelo trabalho pioneiro desempenhado pelos professores João de Vasconcelos Sobrinho e Roldão de Siqueira Fontes. Como já mencionado anteriormente, no Estado de Pernambuco a instituição do ICMS Socioambiental ocorreu inicialmente através da Lei Estadual nº 11.899, do ano de 2000, contudo a preocupação na

conservação da reserva ecológica de Tapacurá nasceu em 1970, pelo movimento em defesa do Pau-Brasil, por iniciativa isolada dos professores pernambucanos Roldão de Siqueira Fontes e João de Vasconcelos Sobrinho (ALBUQUERQUE, 2017).

O trabalho do professor Roldão de Siqueira Fontes foi ampliado, em 1972, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e pelo Governo Federal (UFRPE) que, juntos, lançaram uma campanha de âmbito nacional indispensável à sobrevivência daquele ecossistema, que se mantém em equilíbrio até os dias atuais.

O presente trabalho traz como contribuição a forma como os instrumentos econômicos podem, efetivamente, dar suporte à conservação da biodiversidade, haja vista que proporcionam ganhos financeiros àqueles que geram benefícios ambientais, porém se faz necessária a implementação de uma gestão eficiente para se atingir este fim.

O ICMS Socioambiental é um instrumento econômico que pode incentivar a melhoria das políticas públicas ambientais em nível municipal, sobretudo diante da escassez de recursos financeiros no município analisado, somada às pressões políticas e sociais em torno da conservação da biodiversidade local, essencial para a manutenção da qualidade de vida humana (MARINS; TEODOROVICZ, 2011).

Neste contexto, foi observado, por exemplo, a falta de uma política para a construção da Agenda 21, documento produzido pela ECO-92, no Município de São Lourenço, e de um processo de elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos - PGIRSU. Também há a gestão deficitária pelo município, que não vem aplicando os recursos provenientes do ICMS Socioambiental proporcionalmente aos gastos apresentados, o que seria adequado à qualidade da gestão ambiental e das unidades de conservação pertencentes ao município em análise (SILVA JÚNIOR; PEDROSA, SILVA, 2013).

A Agenda 21 foi um documento formulado e utilizado durante a Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Rio 92, que tem como escopo a busca de um compromisso com toda a civilização. O termo da Agenda 21 foi assinado por 178 países e recebeu a denominação de Agenda 21 Global, que resultou em um plano de ação que teve como objetivo alcançar o desenvolvimento sustentável para os desafios do século 21, combinando proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica de maneira equilibrada.

Os fundamentos do ICMS socioambiental estão na Constituição Federal e na Lei nº 6.938/81, nos princípios do Direito Ambiental e na Lei nº 12.305/2010. Assim o gestor que deixa de atender os critérios da legislação, pode ser responsabilizado, por exemplo, na Lei de Improbidade ou no art. 68 da Lei nº 9.605/98.



Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:
 Pena - detenção, de um a três anos, e multa.
 Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.

A Lei nº 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

6 ASPECTOS HISTÓRICOS

No ano de 1960, movimentos de discussão sobre o meio ambiente evidenciavam impasses e problemas decorrentes do desenvolvimento industrial. A adoção de medidas restritivas ao aumento da produção econômica e a racionalidade ecológica, como princípio norteador e limitante da racionalidade econômica e do próprio desenvolvimento, é vista como uma possível solução (FERREIRA *et al*, 2014).

Fruto dessas discussões, um grupo de cientistas reuniu-se em Roma em 1972 para debater problemas internacionais relacionados às questões ambientais. Tratava-se do Clube de Roma, que deu origem aos primeiros estudos científicos a respeito da preservação ambiental (FERREIRA *et al*, 2014; TRENNEPOHL, 2011).

No mesmo ano (1972), em Estocolmo, Suécia, questões ambientais foram discutidas pela primeira vez em âmbito global por representantes de mais de 100 países e 400 entidades governamentais (FERREIRA *et al*, 2014; TRENNEPOHL, 2011).

Trennepohl (2011) esclarece, entretanto, que o encontro indicou divergências entre os interesses de países desenvolvidos e em desenvolvimento: enquanto os primeiros indicavam maior preocupação ambiental, os segundos tratavam-na como questão secundária.

De acordo com Trennepohl (2011), com o desenvolvimento econômico-industrial de nossa sociedade, tornamo-nos uma sociedade globalizada de risco, em que os limites do desenvolvimento sustentável não foram observados. Diante deste quadro, questões ambientais passaram a ganhar relevância em discussões internacionais e mais espaço nas agendas dos países.

Ainda para Trennepohl (2011), a convergência de interesses somente se deu anos mais tarde, na Earth Summit - ECO-92 ou Rio-92 - realizada na cidade do Rio de Janeiro. O documento final desse encontro é a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ratificou vários princípios indicados em Estocolmo, além de incluir outros, especialmente sobre o desenvolvimento sustentável (REIS, 2011).



Ferreira (2011, p. 3) ensina-nos que o documento produzido pela ECO-92, intitulado Agenda 21, “ainda é o ponto de referência na implantação de programas e políticas de governos e de empresas ao redor do mundo e tem marcado uma significativa mudança nas relações comerciais, em suas diversas formas”.

Vinte anos após a Rio-92, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - a Rio+20 -, considerado o mais significativo evento mundial em favor dessa categoria. O objetivo da Conferência era renovar o compromisso com ações sustentáveis, com enfoque nos temas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e arcabouço institucional para esse tipo de desenvolvimento (PIMENTA; NARDELLI, 2015).

Verificam-se opiniões antagônicas sobre o resultado do evento: especialmente para representantes do governo brasileiro, o documento produzido pela Conferência supera o das anteriores, enquanto que para muitos representantes da sociedade civil e da mídia o relatório final é genérico e não determina metas e prazos, além de não estabelecer uma agenda para a transição para uma economia mais verde e mais sustentável (ABRANCHES, 2012; GANEM, 2012; GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

7 ICMS SOCIOAMBIENTAL EM PERNAMBUCO

Pernambuco inovou criando uma lei que destina parte dos recursos para educação e saúde e, por isso, chama-se “ICMS Socioambiental”. Quanto aos critérios verdadeiramente ambientais, este Estado destina parte dos recursos do ICMS às unidades de conservação e unidades de compostagem e/ou aterros sanitários. Hempel (*et al*, 2006) destacam que a implantação do ICMS Socioambiental aumentou em 10% a participação dos Municípios Pernambucanos nos primeiros dois anos.

Pernambuco foi o primeiro estado do Nordeste, sendo o nono do Brasil, a instituir o ICMS ecológico, passando a denominar de ICMS socioambiental. O imposto foi originado pela Lei nº 11.899/2000, com sua base legal passando a vigorar apenas em 2002 (PERNAMBUCO, 2000).

O ICMS ecológico surgiu no Brasil como uma forma de compensar os municípios pela existência de unidades de conservação (UCs) e mananciais hidrológicos; posteriormente foi percebido que também pode servir como incentivo à criação de novas UCs (FERREIRA *et al*, 2014). Os critérios sociais constituindo o que vem a ser o ICMS socioambiental de Pernambuco servem justamente para melhor distribuir os recursos diante das necessidades peculiares deste estado.

8 ASPECTOS HISTÓRICOS E AMBIENTAIS DE SÃO LOURENÇO DA MATA

São Lourenço da Mata dista 19,7 km de Recife, capital pernambucana, é uma das áreas urbanas mais antigas do Brasil. Possui uma área de 264,48 km². Existem registros da presença de índios tupinambás no local. Os portugueses penetraram na mata rica em Pau-Brasil e estabeleceram um entreposto na região. O Pau-Brasil era conduzido em carros de boi até o Rio Capibaribe e seguia por via fluvial até o Paço do Fidalgo, hoje bairro de Santana em Recife (PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA, 2017).

Os primeiros povoadores construíram uma capela no alto de uma colina em homenagem a São Lourenço Mártir, onde hoje está a Igreja Matriz, que ainda conserva traços da primitiva capela. A extração de Pau-Brasil facilitou a ocupação da região e, ao final do século XVI surgiram os primeiros engenhos. A invasão holandesa em Pernambuco chegou a São Lourenço em 1635. Após alguma resistência, a cidade foi evacuada e após a expulsão dos holandeses, o local retomou com atividade açucareira (PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA, 2017).

O município recebeu o título de capital do Pau-Brasil por causa da reserva ecológica de Tapacurá, remanescente de Mata Atlântica, onde se encontram mais de 100 mil árvores de Pau-Brasil. O Brasão do município foi criado por Clodoaldo Gomes de Araújo, senhor de engenho, no ano de 1967, sendo composto por diversos elementos que fazem parte da própria história da cidade.

O escudo é o elemento de fundo típico de diversos brasões e remete a uma arma de defesa de guerra, elemento bastante utilizado nas lutas durante a idade medieval. O canhão iluminado pelos raios do sol, no centro do brasão, faz alusão à restauração pernambucana, fato histórico do Estado de Pernambuco, e que São Lourenço da Mata esteve inserido (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, 2017).

Durante a invasão holandesa em Pernambuco (1630-1654), parte do território de São Lourenço da Mata foi invadida, e o canhão representa a batalha vencida contra os holandeses. O feixe de cana-de-açúcar remete a vegetação típica do município, que durante muitos anos teve nas produções dos engenhos de cana-de-açúcar uma de suas maiores fontes de renda. Assim como o feixe de cana, os ramos de Pau-Brasil também simbolizam a vegetação típica e abundante da região e que, apesar da exploração exacerbada durante o período de colonização, diversas mudas de Pau-Brasil ainda sobrevivem no município, sobretudo pelo trabalho dos professores Roldão de Siqueira Fontes e João de Vasconcelos Sobrinho (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, 2017).



O município de São Lourenço limita-se com Paudalho, Chã de Alegria, Camaragibe, Moreno, Jaboatão dos Guararapes, Vitória de Santa Antão e Recife. O município situa-se na bacia do rio Capibaribe, tendo como seus principais tributários os rios Capibaribe, Aratangi, Goitá, Tapacurá, Muribara, Macaco, Maninimbu, Tejipió, Pirãozinho e Várzea do Una. Além das barragens de Tapacurá e Goitá. Os principais regimes de água são perenes (BRASIL, 2005).

O relevo do município faz parte da unidade das Superfícies Retrabalhadas, caracterizado pelo “mar de morros” que antecede o Planalto da Borborema. A mata atlântica é a vegetação original do município. O Pau-Brasil extraído da cidade foi o responsável por colocar Pernambuco como um dos principais exportadores do tipo da madeira para a Europa, mas graças à boa qualidade das madeiras, o processo de desmatamento foi intensificado.

São Lourenço da Mata está incluído geologicamente na Província da Borborema, sendo composta pelos litotipos dos complexos Salgadinho, Belém do São Francisco e Vertentes e da Suíte Calcicalcina de Médio a Alto Potássio Itaporanga e do Grupo Barreiras. O patrimônio histórico de São Lourenço da Mata é bastante rico, com a sede das usinas Capibaribe e Tiúma, e vários engenhos de cana-de-açúcar dos tempos coloniais, além da floresta de Pau-Brasil e da igreja de Matriz da Luz (a segunda Igreja Católica mais antiga do Brasil), o seu território ainda contém a Barragem de Tapacurá (BRASIL, 2005).

9 ESTAÇÕES ECOLÓGICAS DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Pela Lei nº 9.989/1987, que define as reservas ecológicas da Região Metropolitana do Recife do Estado de Pernambuco, em São Lourenço temos decretadas como unidades ecológicas as seguintes reservas: Quizanga, Taparurá, Engenho Tapacurá, Toró, Camucim e Outeiro (CPRH, 1987).

A Estação Ecológica do Tapacurá é a mais importante delas, ocupa uma área de 776 hectares. Sua finalidade é a pesquisa em Botânica, Zoologia e Ecologia. Desenvolve hábitos de conservação de recursos florestais e da fauna da Mata Atlântica, produz mudas de espécies frutíferas e florestais típicas da Mata Atlântica, como o Pau-Brasil, Pau-de-Jangada e Ipê, dando apoio a empresas de reflorestamento e silvicultura. Pertence à Universidade Federal Rural de Pernambuco e parques aquáticos (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, 2017).



Tabela 1. Valores do ICMS ecológico recebido pelo Município de São Lourenço da Mata

ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valor em R\$	419.483,69	442.112,92	533.530,10	953.508,43	242.054,16	*148.906,74

Fonte: (TC-PE, 2018)

* Valor até julho/2018

Figura 2. Estação Ecológica de Tapacurá



Fonte: (DO AUTOR, 2017).

10 INCENTIVOS FISCAIS COMO INSTRUMENTO AMBIENTAL

O Estado não se presta apenas à repressão; age, antes, como verdadeiro promovedor de condutas positivas. Entretanto, a promoção de sanções positivas é apenas direcionadora de um comportamento por meio de incentivo ou prêmio, capaz de tornar atrativa a ação intencionada. Não cuida, portanto, de uma conduta obrigatória, mas apenas desejável (BOBBIO, 2007).

A função de um ordenamento jurídico não é apenas controlar comportamentos dos indivíduos, o que pode ser obtido por meio da técnica das sanções negativas, mas também direcionar os comportamentos para certos objetivos preestabelecidos. Isto pode ser obtido, preferivelmente, por meio da técnica da sanção positiva e dos incentivos (BOBBIO, 2007).

Dentre os mecanismos de proteção ambiental utilizados pelo Estado, os instrumentos econômicos representam a forma mais eficaz de influenciar decisões econômicas, na medida em que podem tornar mais atraente o comportamento ecologicamente desejável (TRENNEPOHL, 2011).

De forma geral, incentivos fiscais correspondem a mecanismos utilizados pelo governo a fim de que um desejado comportamento se efetive. O termo “incentivo fiscal”, na seara ambiental, designa o estímulo concedido por condutas voltadas à proteção ambiental (FERREIRA *et al*, 2014).

De igual maneira, corresponde a uma política tributária e ecológica, capaz de incentivar atividades econômicas não poluidoras ou desestimular aquelas agressoras ao meio ambiente, utilizada pelo Estado como meio de intervenção na economia, com o objetivo de corrigir falhas de mercado. O ICMS Ecológico é um desses instrumentos e corresponde, segundo Ramalho e Passos (2011, p. 6) à:

Denominação que se convencionou utilizar para qualquer sistema normativo que fixe o percentual que cada município de um determinado estado tem direito a receber, quando da repartição de receitas oriundas da arrecadação de ICMS, segundo critérios de caráter ambiental.

Medeiros (*et al*, 2011, p. 34) assevera que o ICMS Ecológico incentiva os municípios a investirem na “conservação de seus recursos naturais visando diminuir pressões decorrentes da urbanização e de processo de produção agrícola e industrial”. Trata-se, portanto, de “um incentivo fiscal intergovernamental baseado no princípio ‘protetor-recebedor’”, o qual incorpora critérios ambientais no cálculo do repasse dos 25% (vinte e cinco por cento) a que têm direito os municípios. Sabe-se que sua fundamentação é dada pelo art. 158 de nossa Constituição Federal de 1988.

Amado (2011, p. 56) esclarece que tal princípio é expressamente previsto em nosso ordenamento jurídico, no art. 6º da Lei nº 12.305, e corresponde à instituição de benefícios àqueles que agem em favor da proteção do meio ambiente, de forma a estimular tal iniciativa, e ensina-nos, ainda, que: “em aplicação a este princípio, deve haver uma espécie de compensação pela prestação dos serviços ambientais em favor daqueles que atuam em defesa do meio ambiente, como verdadeira maneira de se promover a justiça ambiental”.

Ainda na lição de Guimarães (2012), o princípio do protetor-recebedor decorre da ideia de pagamento por serviços ambientais (PSA), que é uma contrapartida aos que contribuem para a manutenção dos ecossistemas. Trata-se de uma estratégia de incentivo (positivo) para aqueles que preservam o meio ambiente. Assim, de acordo com o princípio do protetor-recebedor, em função do serviço ambiental prestado, o agente público ou privado que age em benefício da comunidade ao proteger um bem natural ou conservar a natureza deve receber um benefício ou incentivo.

Para Costa (2011), o princípio do protetor-recebedor pode ser um instrumento para o desenvolvimento sustentável, por meio do qual se compensa financeiramente, incentivando pelo serviço prestado aquele que protege um bem natural.

Costa (2011, p. 19) afirma, ainda, que:



O pagamento de serviços ambientais prestados pode ser visto como um novo paradigma na proteção ambiental, que tem por fundamento a possibilidade de indenizar ou compensar pela conservação e restauração do meio ambiente, promovendo a utilização da natureza de forma sustentável.

Desta forma, os estados têm o dever constitucionalmente estabelecido de destinar aos seus municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS. Três quartos, no mínimo, segundo o valor fiscal adicionado em operações ocorridas nos territórios dos municípios. A distribuição da parcela restante, ou seja, um quarto, dar-se-á conforme dispuser lei estadual: é nesse ponto que o ICMS Socioambiental ou Ecológico se fundamenta (MEDEIROS *et al*, 2011).

Não há óbice para que a parcela do ICMS repassado seja utilizada para quaisquer fins, especialmente na defesa do meio ambiente que, após a Emenda Constitucional 42 de 2003, passou a figurar como princípio geral da ordem econômica. Porém, como o repasse do ICMS Socioambiental ou Ecológico é condicionado a investimentos ambientais efetuados pelos municípios, tal mecanismo é uma forma de incentivá-los a investir nessa área.

O ICMS Ecológico corresponde a apenas um critério de repasse de parte do produto do imposto, que não considera intrinsecamente questões ambientais em sua base de sua incidência. Apesar disso, com tal critério vem sendo possível obter significativo aumento dos espaços territoriais protegidos, especialmente no estado do Paraná (160% entre 1991 e 2005) (AMADO, 2011).

Segundo Fiúza (*apud* SOUSA; NAKAJIMA; OLIVEIRA, 2011, p. 28), o ICMS Ecológico está baseado em dois pilares: a conservação e a compensação. O último prisma pela recompensa aos municípios cujas áreas protegidas estão em seu território, enquanto o primeiro serve do impacto do ICMS Ecológico nos Investimentos em Saneamento e Gestão Ambiental.

As definições e critérios das unidades de conservação são dados pela Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000), que também criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A ideia de pagamento por serviços ambientais é remunerar quem, direta ou indiretamente, preserva o meio ambiente. Isso significa recompensar quem ajuda a conservar ou produzir serviços ambientais mediante a adoção de práticas que privilegiem a manutenção de biomas. Para que esse mercado faça sentido, a preservação do meio ambiente deve gerar mais benefícios econômicos do que a sua destruição. Nesse contexto se concebe o ICMS Ecológico ou Socioambiental.

Desta forma o **ICMS Socioambiental** é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que aquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de

Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, o ICMS, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em leis estaduais. Assim cria a introdução de novos critérios de redistribuição de recursos do ICMS, que reflete o nível da atividade econômica nos municípios em conjunto com a preservação do meio ambiente.

A Constituição, a fim de garantir a autonomia financeira aos municípios, bem como a descentralização do poder público, estabeleceu no artigo 158, IV, que vinte e cinco por cento (25%) do produto da arrecadação do ICMS deverá ser repassando para os municípios (MEDEIROS *et al*, 2011).

Destarte, os Estados tem o dever constitucional de destinar aos seus municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do ICMS. Sendo três quartos, no mínimo, segundo o valor adicionado fiscal em operações ocorridas nos territórios dos municípios e a distribuição da parcela restante (um quarto) dar-se-á conforme dispuser lei estadual: é neste ponto que o ICMS Socioambiental ou Ecológico se fundamenta.

Não há óbice para que a parcela do ICMS repassada seja utilizada para quaisquer fins, especialmente na defesa do meio ambiente que, após a Emenda Constitucional nº 42 de 2003, passou a figurar como princípio geral da ordem econômica. Porém, como o repasse do ICMS Socioambiental é condicionado a investimentos ambientais efetuados pelos municípios, tal mecanismo afigura-se como verdadeira forma de incentivar os mesmos a dirigir recursos para tal área (FERNANDES *et al*, 2011).

Municípios mais populosos ou com maior circulação de mercadorias possuem maior capacidade de desenvolver atividades economicamente produtivas, as quais acabam, em maior parte, gerando externalidades negativas no que diz respeito a aspectos ambientais. De outra parte, aqueles que primam pela preservação do meio ambiente acabam por ter restrições em sua capacidade de desenvolvimento econômico. É em busca da inversão de tal lógica que se baseia a instituição do ICMS Socioambiental (TUPIASSU, 2006).

Ainda conforme o art. 158, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, do montante acima, 75% devem ser distribuídos conforme critérios estabelecidos também na Constituição e **25% podem ser distribuídos segundo critérios estabelecidos conforme lei estadual**. Os Estados vêm utilizando a repartição tributária do ICMS como forma de estimular ações no âmbito dos municípios, na medida em que possibilita o incremento de suas receitas, com base em critérios que refletem na melhoria na qualidade de vida da coletividade. Esta oportunidade legal possibilitou a adoção de critérios ambientais na distribuição destes 25% (MEDEIROS *et al*, 2011).

No início, o ICMS Ecológico nasceu como uma forma de compensar os municípios pela restrição de uso do solo em locais protegidos (unidades de conservação e outras áreas de preservação específicas), uma vez que algumas atividades econômicas são restritas ou mesmo proibidas em determinados locais a fim de garantir sua preservação. Hoje se sabe que é um ótimo meio de incentivar os municípios a criarem ou defender a criação de mais áreas protegidas e assim melhorar a qualidade das áreas já protegidas com o intuito de aumentar a arrecadação. Segundo Albuquerque (2017, p. 84):

O ICMS Socioambiental tem representado ainda um instrumento de compensação ao custo de oportunidade que alguns municípios têm em abdicar das atividades econômicas tradicionais que produziam riqueza e bem-estar, mas que, em contrapartida, por razões intrínsecas ao processo produtivo, degradariam e poluiriam o meio ambiente. Trata-se, portanto, de uma compensação àqueles municípios que se têm empenhado em manter e melhorar a qualidade ambiental.

Os Municípios que preservam suas florestas e conservam sua biodiversidade ganham uma pontuação maior nos critérios de repasse e recebem recursos financeiros a título de compensação pelas áreas destinadas à conservação e, ao mesmo tempo, ganham um incentivo para a manutenção e criação de novas áreas para a conservação da biodiversidade.

No Estado de Pernambuco, a Lei nº 12.432/2003 ajustou os critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios, alterando a Lei nº 10.489/1990 e a Lei nº 11.899/2000, assim como a Lei nº 12.206/2002. Com a nova Lei, a partir de 01 de janeiro de 2004, a alínea “a” do inciso II e o Parágrafo 5º do art. 2º da Lei nº 10.489/1990, com a redação conferida pelas Leis nº 11.899, de 21 de dezembro de 2000 e nº 12.206, passou a vigorar com alterações, que privilegiam os municípios que possuam Unidades de Conservação, com base no índice de conservação do respectivo município, fornecido pela CPRH, considerando a área da unidade de conservação, a área do município, a categoria de manejo e também, o grau de conservação do ecossistema protegido (ALBUQUERQUE, 2017).

Desta forma são beneficiados os Municípios que tenham, no mínimo, licença prévia de projeto junto à CPRH, de Sistemas de Tratamento ou de Destinação Final de Resíduos Sólidos, mediante, respectivamente, Unidade de Compostagem ou de Aterro Sanitário, proporcionalmente à população do Município e ao estágio de evolução do processo de implantação dos sistemas, também com base no critério relativo à área de Saúde, considerando-se a participação relativa do inverso do coeficiente da mortalidade infantil, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Saúde do Estado e com base no critério relativo à área de Educação, considerando-se a participação relativa do número de alunos matriculados no ensino fundamental em escolas municipais, com base no resultado do censo escolar anual, publicado por meio de portaria do Ministério da Educação (PEDROSA; REIS; SILVA, 2008).



Resíduos são conhecidos como lixo. O lixo, para o senso comum, é tudo aquilo que não tem utilidade e é jogado fora. É qualquer material sólido originado em trabalhos domésticos e industriais e que é descartado. Contudo, muitos desses materiais não são totalmente inúteis, mas, sim, podem ser reutilizados ou submetidos ao processo de reciclagem. Em outras palavras: o que é lixo para um, pode ser matéria prima para outro (EUCLYDES, 2013).

A atividade empresarial deve voltar-se sempre à sustentabilidade, a consciência da educação ambiental e ao cumprimento do licenciamento ambiental que visa através dos órgãos ambientais competentes, analisar a proposta apresentada para determinado empreendimento e consideradas as disposições legais e regulamentares aplicáveis e sua interdependência com o meio ambiente (MILARÉ, 2011).

A reciclagem faz parte do conjunto dos chamados 5R's, a saber: Reduzir (redução da geração de resíduos sólidos), Reutilizar (reuso dos materiais), Reciclar (transformação de algo usado, sem serventia aparente, em algo destinado a nova utilização), Repensar (mudança de modelo mental em prol da sustentabilidade) e Recusar (recusa do consumo por impulso) (EUCLYDES, 2013).

Esgotadas as opções de aproveitamento, os resíduos sem nenhuma possibilidade de reintegração na cadeia produtiva ou de geração de energia é que devem ser reputados como rejeitos (o lixo para o senso comum, sem serventia para mais nada). Seguindo esta lógica, é fácil perceber que grande parte dos resíduos sólidos gerados nas diversas atividades humanas pode ser manejada adequadamente e manter seu valor comercial - mas para tanto se impõe a adoção de uma nova postura para visualizar o resíduo como potencial matéria-prima (EUCLYDES, 2013).

Reciclar significa transformar, através de meios industriais, objetos materiais usados em novos produtos para o consumo. Trata-se de termo utilizado para designar o reaproveitamento de materiais beneficiados como matéria-prima para um novo produto, trazendo de volta ao ciclo produtivo aquilo que é jogado fora (MARTINS *et al*, 2015).

O conceito de reciclagem abarca somente os materiais que podem retornar ao seu estado original e ser transformado novamente em um produto igual em todas as suas características, sendo diferente o conceito de reciclagem e o de reutilização. Na natureza nada se perde. Muitos são os materiais que podem se reciclados, cada um com suas características e níveis de aproveitamentos de quase 100% como é o caso do alumínio, do plástico e do vidro.

Muitas campanhas e iniciativas, públicas e privadas, têm despertado a atenção para o problema do lixo nos centros urbanos. Cada vez mais, as cidades, com notável crescimento populacional, têm encontrado dificuldades para administrar a enorme quantidade de resíduos



produzidos todos os dias (MARTINS *et al*, 2015). Todavia, a reciclagem apresenta-se como uma solução favorável no sentido prático, econômico e ambiental. Assim como nas cidades, na zona rural a reciclagem também acontece.

Figura 3. Lixão de São Lourenço da Mata



Fonte: (DO AUTOR, 2017).

Os mecanismos que existem visando um sistema de tributação ligado ao social persistem e vem crescendo, principalmente no que se refere à tutela de direitos fundamentais de terceira dimensão, apresentando um sistema oriundo do ente estatal, tendo como finalidade o incentivo aos benefícios das atividades, no nosso caso, aqueles que consigam reduzir a degradação do meio ambiente (MATHES, 2011).

A função fiscal do imposto é apresentada no clássico objetivo de arrecadação para cobrirem as despesas do Estado, já a função extrafiscal se define como um meio de sustentação de atividades que, a princípio, seria obrigação do Estado, mas que são assumidas por outros órgãos e entes particulares.

De acordo com Machado (2014, p. 39):

Dentre as possibilidades do Direito Tributário contribuir para com a preservação ambiental, a mais adequada é aquela que tem como objetivo intervir no domínio econômico, estimulando ou desestimulando determinados comportamentos na busca de resultados diversos da simples arrecadação.

Um tributo extrafiscal é assim determinado quando seu principal objetivo está na interferência do domínio econômico, visando buscar um efeito diverso de uma simples arrecadação de recursos financeiros. Ele é um fenômeno da tributação estatal que atua de maneira a estimular ou desfavorecer

algumas atividades ou situações, o que leva os contribuintes a agirem conforme aquilo que consideram benéfico ou nocivo ao interesse público (VALLETE, 2015).

Salienta-se que um tributo assume a função de extrafiscal quando é instituído com vistas a prestigiar situações sociais, políticas e economicamente valiosas ou mesmo evita-las quando demonstrarem ser prejudiciais a contextos determinados no âmbito do interesse público, sendo passível de tutela do Estado.

CONCLUSÃO

Foram apresentados critérios ecológicos para a distribuição da cota parte (25%) do ICMS. Espera-se demonstrar aos gestores municipais argumentos que possam contribuir para minimização dos problemas relacionados ao atual modelo de desenvolvimento e as atividades humanas, que causam sérios danos ambientais, por interferências antrópicas sobre os recursos naturais, que crescem, e continuam gerando mais impactos ao meio ambiente.

Entende-se que a partir de um planejamento bem elaborado, é possível mudar esse paradigma. Assim, a presente pesquisa mostrou a importância do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), onde tal imposto contribui para mitigar o problema da ineficiência na gestão ambiental acima suscitada.

O ICMS Socioambiental e os seus impactos na criação de unidades de conservação nos municípios do Estado de Pernambuco, primordialmente referente ao estudo de caso do município de São Lourenço da Mata, torna-se um instrumento de alta relevância. Assim a partir do desenvolvimento e adoção de tecnologias limpas, o fortalecimento institucional para a implementação da gestão integrada dos recursos naturais, a implantação de programas de gestão e controle ambiental, bem como o pagamento por serviços ambientais (PSA), servem de exemplo o ICMS Socioambiental ou ecológico.

Para tanto se faz necessário o incentivo à criação e ao desenvolvimento de unidades de conservação, além de estimular a implantação de modelo de gestão com visão sistêmica que leve em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde pública, bem como da erradicação e recuperação das áreas de descargas a céu aberto, por meio do sistema tributário.

Buscou-se, demonstrar que a utilização eficiente do ICMS Socioambiental pelos municípios tem importância fundamental para o desenvolvimento sustentável e que deve haver mudanças em relação aos



efeitos atribuídos à gestão ambiental, a partir de ações gerais em seu território relativas à aplicação do referido tributo. E tem como meta estimular no pagamento por serviços ambientais, dispondo-se sobre seus princípios, objetivos e instrumentos que levem em conta o ciclo dos ecossistemas, conforme sua constituição ou composição, com controle social, pelo conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade, informações e participação nos processos de formulação de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente.

Importante se faz também o incentivo e fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias de tratamento às políticas ambientais e priorização da educação ambiental, especialmente em relação aos tributos pagos pela coletividade. As diretrizes a que se refere deverão orientar normas e planos, observados os princípios estabelecidos no Projeto e, como foco principal, as reservas ecológicas situadas em São Lourenço da Mata, quais sejam: Quizanga, Taparurá, Engenho Tapacurá, Toró, Camucim e Outeiro. Primordialmente a Estação Ecológica do Tapacurá, a mais importante delas.

O ICMS Socioambiental é um instrumento econômico que pode incentivar a melhoria das políticas públicas ambientais em nível municipal, sobretudo diante da escassez de recursos financeiros no município analisado, somada às pressões políticas e sociais em torno da conservação da biodiversidade, essenciais para a manutenção da qualidade de vida humana. A maioria dos municípios Pernambucanos já implantou o ICMS Socioambiental, sendo uma tendência natural sua instituição em todos os outros municípios. Entretanto ainda falta informação aos dirigentes municipais e até mesmo aos particulares que possuem áreas verdes sobre as vantagens econômicas de sua exploração, assim como dos benefícios tributários advindos destas ações.

Neste contexto foi notada a falta de uma política para a construção da Agenda 21 no Município de São Lourenço e o processo de elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos – PGIRSU, além da precária aplicação dos recursos provenientes do ICMS Socioambiental proporcionalmente aos gastos apresentados em função da gestão ambiental.

Há uma falta de políticas públicas para fazer jus ao repasse da alíquota do ICMS segundo os critérios estabelecidos na Lei nº 14.529/2011, que destina um percentual do ICMS Socioambiental, mormente relativo às unidades de conservação, principalmente no que se refere à Estação Ecológica de Tapacurá, que se mantém com recursos provenientes de outras fontes, sem contar ainda com a ausência no município de sistemas de tratamento ou de destinação final de resíduos sólidos, pois ainda há um lixão em plena atividade em seu território e bem próximo ao centro urbano.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Rio+20 sem foco e sem consenso**. Eco-política, 30. 2012.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.03., 2022, p. 1673-1706.

Daniele de Castro Pessoa de Melo, Hélio Silvio Ourém Campos e Joao Batista
DOI: 10.12957/rdc.2022.55819 | ISSN 2317-7721

AGUIRRÉ, Joelma Leopoldino *et al.* A aplicabilidade do ICMS ecológico nos municípios paranaenses. **Revista Eletrônica em Gestão**. Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria. v. 20, n. 1, p. 148-161, jan./abr. 2016.

ALBUQUERQUE, Francisco Resende de. **ICMS socioambiental no estado de Pernambuco: critérios de repartição da receita do ICMS a partir do exercício 2018**. São Paulo: Blucher, 2017.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. São Paulo: Método, 2011.

ATALIBA, Geraldo. **República e constituição**. 2. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 1998.

AYDOS, Leonardo Recena; FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco. Estudo da correlação entre ICMS Ecológico e estrutura político-administrativa ambiental nos municípios brasileiros. **Acta Scientiarum. Humam and Social Sciences**. Maringá, v. 38, n. 2, p. 131-141, Jul.-Dez., 2016.

BALLEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11 ed. atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BEZERRA, Fabiano César Petrovich. O meio ambiente na constituição federal de 1988: um olhar sobre os princípios constitucionais ambientais. **Revista Eletrônica Constituição e Garantia de Direitos**. Ano 1, v. 2, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função**. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. São Paulo: Manole, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. **Diagnóstico do município de São Lourenço da Mata**. Recife: Ministério de Minas e Energia, 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA. **São Lourenço da Mata**. Maio 2017. Disponível em: <http://www.saolourencodamata.pe.leg.br/saolourencodamata>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

COSTA, Amanda de Lucena Alves; FERREIRA, Inalda Porfírio; MELO, Eusileide Suianne Rodrigues Lopes de. Relação entre ICMS socioambiental e qualidade de vida da população em Pernambuco. **VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Campina Grande/PB**. Nov. 2016.

COSTA, Regina Helena. Apontamentos sobre a tributação ambiental no Brasil. **Lusíada: direito e ambiente**. Lisboa. n. 2/3, 2011.



CPRH. **Lei nº 9.989, de 13 de janeiro de 1987**. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/lei%20est%209989%20de%2087;2237;20091211.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. Contradições da política ambiental por meio de incentivos financeiros: os casos do ICMS ecológico e da CFEM nos municípios do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais, Brasil). **Revista Árvore**. v. 37, n. 6, p.1083-1092, 2013.

FERNANDES, Luciany Lima *et al.* Compensação e incentivo à proteção ambiental: o caso do ICMS ecológico em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília. v. 49, n. 3, Jul./Set. 2011.

FERREIRA, Simone Assis *et al.* Impacto do ICMS Ecológico nos Investimentos em Saneamento e Gestão Ambiental: Análise dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS**. v. 4, n. 2. Maio/ago. 2014.

FRANCO, Décio Henrique; FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. Análise do ICMS ecológico no estado de São Paulo e simulações de uma proposta de ampliação do percentual para o Estado. **Revista de Ciências Gerenciais**. v. 15, n. 22, 2011.

GANEM, Roseli Sena. De Estocolmo à Rio+20: avanço ou retrocesso? **Cadernos Aslegis**. v. 45, p. 31-62, jan/abr, 2012.

GUIMARÃES, Renan Eschiletti Machado. **Incentivos fiscais no Direito Ambiental e a efetivação do princípio do protetor-recebedor na política nacional de resíduos sólidos (Lei n.º 12.305/2010)**. Porto Alegre: Buqui, 2012.

GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 10, n.3, artigo 3. Rio de Janeiro, Set. 2012.

GUTIERREZ, Raffaella Loffredo; FERNANDES, Valdir; RAUEN, William Bonino. Princípios protetor-recebedor e poluidor-pagador como instrumentos de incentivo à redução do consumo de água residencial no município de Curitiba (PR). **Engenharia Sanitária e Ambiental**. v. 22, n. 5, set/out, 2017.

HEMPEL, Wilca Barbosa *et al.* A importância do ICMS Ecológico como instrumento de compensação financeira na aplicação do princípio protetor-recebedor. **Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 44**. Fortaleza, 2006.

ICMS ECOLÓGICO. **Destino consciente**. 2017. Disponível em: <http://www.icmsecológico.org.br/site/>. Acesso em: 19 jan. 2020.

LEONARDO, Vera Sirlene; OLIVEIRA, Aldenir Cruz. ICMS ecológico: uma iniciativa dos governos estaduais para a preservação ambiental. **Enfoque: Reflexão Contábil**. Paraná, v. 26, n. 2, p. 40-56, maio/ago. 2007.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MARINS, James; TEODOROVICZ, Jeferson. Rumo à extrafiscalidade socioambiental: tributação diante do desafio social e ambiental contemporâneo. **Anais do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional**. Curitiba: ABDConst, 2011.



MARTINS, Evaldo *et al.* Reciclagem. **Saúde em Foco**. n. 7, 2015.

MATTHES, Rafael Antonietti. Extrafiscalidade como instrumento de proteção ambiental no Brasil. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 47-62, jul./dez. 2011.

MEDEIROS, Rodrigo. *et al.* **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: sumário executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência**. Glossário. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Socioambiental: incentivos institucionais e legislação ambiental no Brasil. **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 49, n. 1, p. 165-187, jan./fev. 2015.

PAULO, Felipe Luiz Lima de. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS socioambiental: avaliação da política do estado de Pernambuco nos últimos cinco anos na perspectiva da gestão ambiental. **Periódico Eletrônico “Fórum Ambiental da Alta Paulista”**. v. 9, n. 3, 2013.

PAULO, Felipe Luiz Lima de. Planejamento estratégico ambiental de Pernambuco e o município de Araripina: a importância do acompanhamento de desempenho do ICMS socioambiental para a melhoria das políticas públicas ambientais em nível municipal. **Caderno de Administração**. v. 23, n. 1, 2015.

PAULO, Felipe Luiz Lima de; PEDROSA, Ivo Vasconcelos. O imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS socioambiental como incentivo à melhoria das políticas públicas ambientais em nível municipal: um exame de caso no município de Camaragibe, Pernambuco. **Enfoque: Reflexão Contábil**. Paraná, v. 28, n. 2, p. 74-83, maio/ago. 2009.

PEDROSA, Ivo V.; REIS, André Casimiro; SILVA, Erasto Mustafa. Condições ambientais e ações dos governos dos municípios mais populosos de Pernambuco. **Gestão e Sociedade**. v. 2, n. 3, 2008.

PERNAMBUCO. Sefaz. **Lei nº 11.899, de 21 de dezembro de 2000**. Disponível em: https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/legislacao/Leis_Tributarias/2000/Lei_11899_2000.htm. Acesso em: 29 dez. 2019.

PIGOU, Arthur Cecil. **The economics of welfare**. [S.l.: s.n.], 1920.

PIMENTA, Mayana Flávia Ferreira; NARDELLI, Aurea Maria Brandi. Desenvolvimento sustentável: os avanços na discussão sobre os temas ambientais lançados pela conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, Rio+20 e os desafios para os próximos 20 anos. **Perspectiva**. Florianópolis. v. 33, n. 3, p. 1257 - 1277, set./dez. 2015.

PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA. **São Lourenço da Mata**. 2017. Disponível em: <<http://slm.pe.gov.br/sao-lourenco-da-mata/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

RAMALHO, Leila von Söhsten; PASSOS, Rosana Maciel Bittencourt. **A eficácia do ICMS ecológico como instrumento de política ambiental e o dever do estado quanto à sua efetivação**. 2011.



REIS, Jair Teixeira dos. **Resumo de direito ambiental**. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

RODRIGUES, Maria Denise Nunes. *et al.* ICMS ecológico como instrumento de responsabilidade socioambiental na gestão pública municipal: estudo sobre a experiência do estado do Ceará. **Anais do II CSEAR - Conference South America**. Ribeirão, 2011.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Jailson Gutemberg da; LIMA, Lavoisiene Rodrigues de. ICMS socioambiental: uma avaliação dos repasses voltados aos critérios ambientais dos municípios do estado de Pernambuco. **Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. 2014.

SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato da; PEDROSA, Beatriz Mesquita Jardim; SILVA, Márcio Francisco da Silva. Avaliação dos Impactos do ICMS Socioambiental na Criação de Unidades de Conservação e Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos em Pernambuco: Uma Análise a partir do Método de Diferenças-em-Diferenças. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza. v. 44, n. 2, p. 559-574, abr-jun. 2013.

SILVA, Valmir Alves Ferreira da; OLIVEIRA, Ronaldo Alves de; QUEIROZ, Éber Wesley Lemos de. Instrumentos econômicos ambientais: estudo de caso em municípios pertencentes ao pólo de confecções da região agreste do estado de Pernambuco. **Revista de Ciências Ambientais**. v. 9, n. 1, 2015.

SOUSA, Roberto Mediato Cunha de; NAKAJIMA, Nelson Yoshihiro; OLIVEIRA, Edilson Batista de. ICMS ecológico: instrumento de gestão ambiental. **Perspectiva**. Erechim. v. 35, n. 129, p. 27-43, mar./2011.

TC-PE. **Repasse do ICMS ecológico**. 2018. Disponível em: <http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/repasse-do-icms-ecologico>. Acesso em: 19 dez. 2019.

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Incentivos fiscais no direito ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. **Tributação ambiental**: a utilização de instrumentos econômicos e fiscais na implementação do direito ao meio ambiente saudável. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

VALETE, Luan Augusto. **Extrafiscalidade ambiental**: contornos constitucionais e análise de tributos no direito brasileiro. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVIII, n. 137, jun 2015. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16109. Acesso em: 23 dez 2019.

VIEGAS, Eduardo Coral. **Princípios constitucionais ambientais e a conservação da natureza**. *Consultor Jurídico*, ago. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-ago-05/ambiente-juridico-principios-constitucionais-ambientais-conservacao-natureza>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Anexo: Critérios de distribuição do ICMS (Lei nº 14.529, de 9 de dezembro de 2011)

A Lei nº 14.529/2011 modificou a Lei nº 10.489/1990, e redefiniu os critérios de distribuição de parte do ICMS.



Segundo o art. 1º A Lei nº 10.489/1990, a parcela de 25% do ICMS que é destinada aos Municípios, passou a sofrer algumas modificações:

1% (um por cento), a ser distribuído relativamente a unidades de conservação;

2% (dois por cento), a serem distribuídos relativamente a sistemas de tratamento ou de destinação final de resíduos sólidos;

3% (três por cento), a serem distribuídos com base no critério relativo à área de Saúde, da seguinte forma:

2% (dois por cento), segundo o critério de mortalidade infantil, considerando-se que, quanto menor o coeficiente de mortalidade infantil do Município, maior sua participação no percentual aqui previsto;

1% (um por cento), segundo o critério de quantidade de equipes no Programa Saúde na Família - PSF, considerando-se que, quanto maior o número de equipes responsáveis pelo mencionado Programa, existentes no Município, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Saúde do Estado, em relação à sua população, maior sua participação no percentual aqui previsto;

10% (dez por cento), a serem distribuídos com base no critério relativo à área de Educação, da seguinte forma: 1% (um por cento), considerando-se que, quanto maior o número de matrículas de crianças na Educação Infantil - Creches, em sua rede municipal, maior a sua participação, conforme informações divulgadas pelo Censo Escolar do INEP/MEC;

2% (dois por cento), considerando-se que, quanto melhor a proficiência no 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental no Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco - SAEPE do Município, maior será sua participação no percentual previsto, desde que o resultado seja superior ao realizado no ano anterior, observado o quantitativo mínimo de participação de alunos na avaliação, conforme o previsto em portaria da Secretaria de Educação;

2% (dois por cento), considerando-se que, quanto maior o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco - IDEPE do Município, relativamente à sua rede, maior sua participação no percentual previsto, desde que o resultado seja superior ao do ano anterior, observado o quantitativo mínimo de participação de alunos na avaliação, conforme o previsto em portaria da Secretaria de Educação;

5% (cinco por cento), considerando-se que, quanto maior o número de matrículas no Ensino Fundamental, relativamente aos anos finais, em sua rede municipal, maior a sua participação, desde que o resultado do IDEPE da sua rede seja superior ao do ano anterior, observado o quantitativo mínimo de participação de alunos na avaliação, conforme o previsto em portaria da Secretaria de Educação;

1% (um por cento), a ser distribuído com base no critério relativo à Receita Tributária Própria, considerando-se a sua participação relativa na arrecadação “per capita” de tributos municipais de todos os Municípios do Estado, com base em dados fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado;

3% (três por cento), a serem distribuídos de forma inversamente proporcional ao PIB “per capita”, com base em informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

3% (três por cento), a serem distribuídos com base no critério relativo à área de Segurança, da seguinte forma: 2% (dois por cento), segundo o critério relativo ao número de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, por 100.000 (cem mil) habitantes ocorridos no Município, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Defesa Social do Estado, considerando-se que quanto menor o número desses crimes maior sua participação no percentual previsto;

1% (um por cento), segundo o critério relativo aos Municípios que sediem ou venham a sediar presídios e penitenciárias, com número de vagas oficiais superior a 300 (trezentas), e/ou unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, com número mínimo de 60 (sessenta) reeducandos, considerando-se a participação relativa de cada Município no número total equivalente à soma de detentos e/ou reeducandos do Estado, com base em dados fornecidos pela Secretaria Executiva de Ressocialização - SERES e pela Secretaria da Criança e da Juventude do Estado;

1% (um por cento), a ser distribuído entre os Municípios que possuam usinas de reciclagem de lixo reconhecidas pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH; 1% (um por cento), a ser distribuído aos Municípios que possuam áreas de proteção de mananciais preservados de rios em seu território reconhecidas pela CPRH.

(FONTE: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=14529&2complemento=0&ano=2011&tipo=&url=>>>).

Sobre os autores:

Daniele de Castro Pessoa de Melo

Pós-Doutora em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutora em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestra em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Engenharia Química pela Universidade Católica de Pernambuco, Brasil. Coordenadora, Professora e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Tecnologia Ambiental do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), Recife-PE, Brasil.

Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4010783198064867> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4058-092X>

E-mail: daniele.castro@itep.br

Hélio Silvio Ourém Campos

Juiz Federal; Líder de Grupo de Pesquisa - CNPq: "Processo tributário: sonegação fiscal e direitos humanos"; Professor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco; Professor Titular e Membro do Conselho Superior da Universidade Católica de Pernambuco (Graduação e Mestrado); Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutorado pela Faculdade Clássica de Direito de Lisboa; Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Faculdade Clássica de Direito de Lisboa - (Equivalência); Ex-Procurador do Estado de Pernambuco; Ex-Procurador do Município do Recife; Ex-Procurador Federal; Pós-doutorado pela Universidade Clássica de Lisboa.

Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/150858454879443> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6162-7024>

E-mail: vania.souza@jfpe.jus.br



Joao Batista

Possui licenciatura em ciências com habilitação em matemática pela Universidade de Pernambuco (UPE). Possui especialização em matemática pela Universidade de Pernambuco (UPE). Possui especialização em física pela Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (UPE). Possui especialização em direito público pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE). Possui curso de preparação à magistratura e demais carreiras jurídicas, pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e Direito Penal. É bacharelando do curso de nutrição da Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU). É professor da Rede Pública Estadual, Municipal e Particular no Estado de Pernambuco. Advogado e Conselheiro da Associação Brasileira de Advogados Criminalistas (ABRACRIM), Seccional de Pernambuco.

Universidade Catolica de Pernambuco, Recife, PE ,Brasil

E-mail: jobare2006@hotmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.